

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária

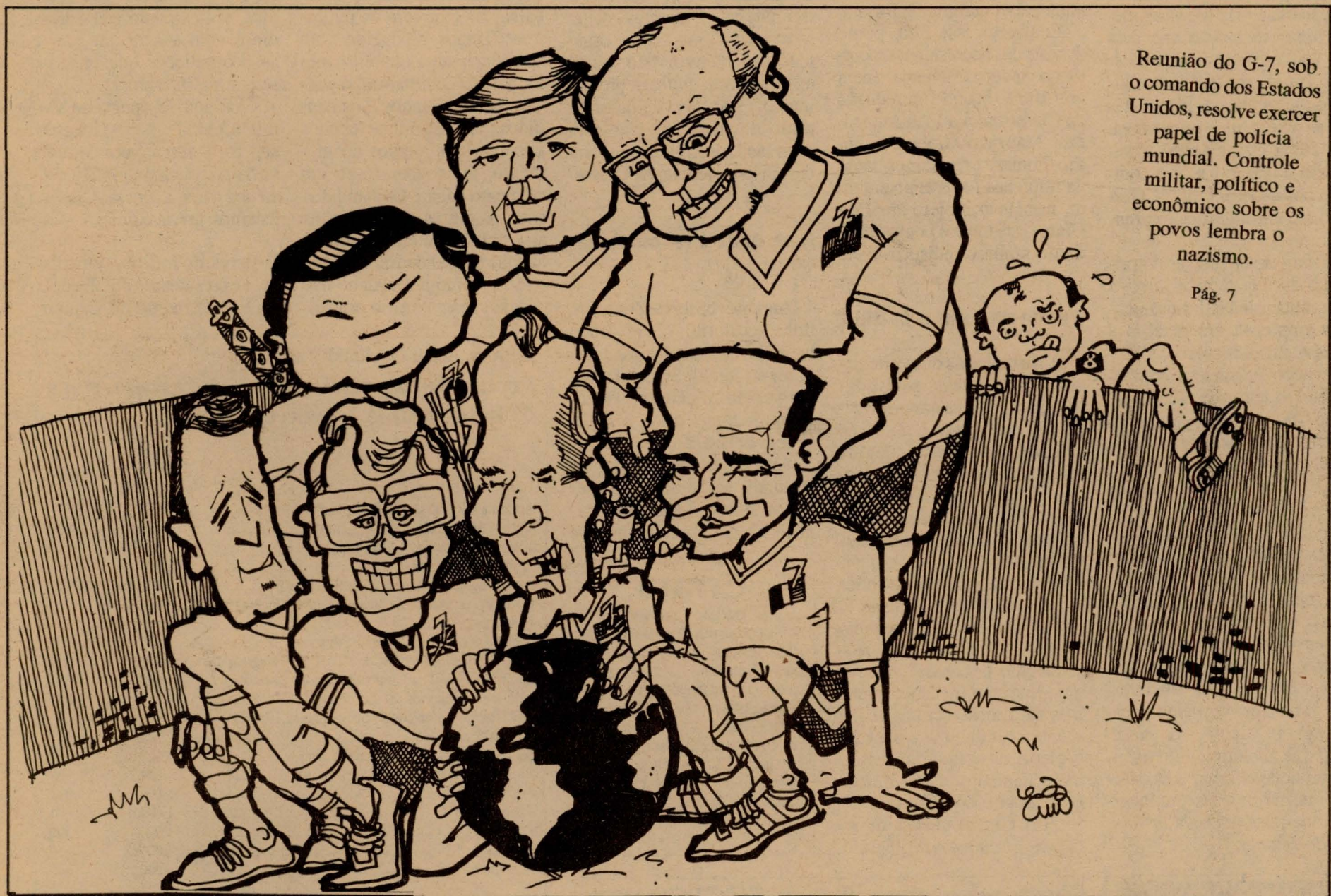


ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ANO 66 - VI FASE - Nº 63 - 20 de julho a 4 de agosto de 1991/A Classe Operária Cr\$150,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 180,00

Deputado da Paraíba
consegue suspender
aposentadorias ilegais no STF
Pág. 6

Sindicalista avalia as
articulações para o IV
Congresso da CUT
Pág. 8

Ricos declaram guerra aos povos



Reunião do G-7, sob o comando dos Estados Unidos, resolve exercer papel de polícia mundial. Controle militar, político e econômico sobre os povos lembra o nazismo.

Pág. 7

Protesto reuniu milhares para defender Usiminas

Ipatinga mobilizou-se e ouviu Lula, do PT; Patrícia, da UNE; e Aldo, do PCdoB.

Pág. 4

Brizola acena para o povo pensando em 94. Mas, e Collor?

Pág. 5

Movimento socialista vive tragédia albanesa

Com o sentido invertido de radicalismo, a Albânia se entrega.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Pág. 12

Por um órgão central de verdade

É uma alegria ver A Classe Operária novamente. Voltamos a ter este jornal indispensável, feito de heroísmo, em nossa luta. Mas como nem só de heroísmo vive o partido, aqui vai uma visão crítica. Desculpem alguma crueza excessiva, alguma imagem caricata: o estado da Classe não permite o estilo soft.

A imprensa é prioridade

Descobrimos hoje que a luta teórica, com a crise do socialismo, tornou-se a arena decisiva da luta de classes. Que nossa teoria precisa superar uma estagnação que custou-nos caríssimo. Ora, desde o fim da pré-história, a luta de classes no plano das idéias exige que se escreva. Nenhuma classe social triunfa sem travar e vencer o combate por escrito. E desde Guttemberg isto significa imprensa.

Tirar conseqüências do primado da luta teórica implica em redimensionar drasticamente a imprensa em geral e a Classe em particular.

Primeiro porque o combate teórico tem que estar colocado na realidade atual do Brasil e do mundo, fazer "análise concreta da situação concreta". E nenhum órgão pode cumprir esta missão com a abrangência e autoridade da Classe. Segundo, porque a imprensa desempenha uma dupla função: **demonstra** nossa linha e ao mesmo tempo a **desenvolve**. Cada tema abordado com seriedade **exige** que investiguemos suas leis internas e balizemos melhor nosso enfoque. Penso, por exemplo, que tivemos ultimamente um notável progresso teórico na frente das mulheres em boa parte graças à *Presença da Mulher*.

Nos últimos anos andamos para trás

Insisto nesta prioridade porque, se analisamos a trajetória de nossa imprensa desde 1979, não há como evitar a constatação: andamos para trás. Saímos de um semanário para um quinzenário e depois um "de-vez-em-quandário". Passamos a falar cada vez mais baixo, mais para dentro. Fomos reduzindo o número de páginas. Deixamos a imprensa financiada pelas vendas pelo império do subsídio. Desde o Comitê Central até a base, fomos relegando a imprensa a um papel marginal e formal.

Enquanto isso, do ponto de vista das necessidades, ocorria o inverso. Nunca (nem em 1962, quando a redação da Classe incluía João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar) precisamos tanto da imprensa forte. E no entanto, mesmo o projeto atual da Classe está muitos pontos abaixo do mínimo indispensável.

Tarefa de todo o partido

A partir destas duas premissas - 1) prioridade para a luta teórica implica em prioridade para a Classe e 2) visão autocrítica de nossa trajetória recente nesta esfera - proponho uma virada. Antes de mais nada é preciso a decisão política: chega de órgão marginal; precisamos de um órgão central. Mas isto implica em conseqüências práticas:

1) Um membro do secretariado do CC deve dirigir pessoalmente a Classe. Não é uma questão de hierarquia, mas da direção central dirigir o órgão central, dar a ele condições reais para sê-lo, conforme a tradição do movimento comunista e do PCdoB.

2) A Classe precisa de recursos: jornalistas, fotógrafo,

arquivista, equipe administrativa, acesso a fontes, correspondente em Brasília, informatização, venda militante, em bancas e por assinaturas, rápida e eficaz. Os recursos não podem sair do magro caixa partidário. Mas exigem investimento político.

3) Devemos marcar data para ter a Classe semanal.

4) A Classe deve ser a tarefa número um dos secretários de propaganda, do CC até as bases. E é hora de romper com a visão, jamais escrita mas corrente entre nós, de que a propaganda é um tipo de terceiro lugar na escala das tarefas. Devemos voltar a pensar no jornal como organizador coletivo: não estará aí a resposta para o problema hoje insolúvel da incorporação dos filiados? Não será mais fácil incorporar à militância um leitor regular da Classe?

A verdade é revolucionária

Algumas observações sobre linha editorial: Não pode mais haver assuntos-tabu para nosso jornal. Se os albaneses perdem o eixo, se Brizola flerta com Collor, a Classe tem obrigação de falar.

Até hoje, uma distorção editorial levou-nos a evitar certos temas. Assuntos "espinhosos" só eram abordados

depois que o CC tomava posição. Ora, esta prática contraria a visão do conhecimento como um processo em espiral, deixa a militância no escuro e na defensiva. A Classe Operária deve tratar, no nível possível, qualquer tema que tenha relevância. Isto implica em admitir alguma polêmica pública, como aliás já foi a prática da imprensa comunista de outras eras. Nosso partido requer militantes acostumados a pensar como homens de vanguarda, e não a cumprir diretivas mastigadas e acabadas.

A Classe também deve trabalhar melhor com os meios-tens. Temos produzido com freqüência uma imprensa maniqueísta. Dividíamos o universo em mocinhos e os bandidos. Os mocinhos éramos nós e nossos aliados do momento, ainda que fosse um momento fugaz. Os bandidos eram os outros. Os mocinhos não tinham defeitos, nem os bandidos qualidades.

Ora, como a realidade não encaixa neste cenário esterili-

zado, passamos uma visão unilateral, distorcida. Brizola, por exemplo, foi bandido, passou a mocinho e, agora, calamos sobre certas bandidagens suas. Lula passou de celardo bandido a mocinho de primeiro escalão...

Acredito que o remédio é analisar a realidade mais a fundo, em suas contradições internas e em seu desenvolvimento. É claro que a realidade inclui a polarização, às vezes extremada. Mas nem por isso deixa de ter nuances que devemos captar, criticando franca e abertamente os "mocinhos", inclusive nós mesmos, e mostrando cada "bandido" com a cara que tem e as contradições que encerra, sem simplificação.

Fica aqui o apelo, ao Comitê Central e ao 8º Congresso, para promovermos uma volta por cima real e não cosmética para a nossa Classe. Estamos precisando!

Bernardo Jofilly - jornalista e presidente do PCdoB em São Bernardo do Campo

Editora Anita Garibaldi Ltda

Promoção especial até 15 de agosto para os leitores de A Classe Operária

	Preço Normal	Preço Promoção
Araguaia - Relato de um Guerrilheiro (Glênio Sá).....	1.000,	800,
30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea de textos).....	2.000,	1.400,
Em defesa do Socialismo Científico (Stálin).....	1.400,	800,
Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels).....	950,	600,
Estratégia e Tática (Lênin - Stálin - Dimitrov - J. Amazonas).....	1.400,	800,
A Política Revolucionária do PCdoB (7º Congresso)...	1.200,	500,
Socialismo: Ideal da Classe Operária (J. Amazonas)...	950,	600,
Marx e os Sindicatos (D. Losovski).....	1.700,	1.000,
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (Stálin).....	900,	500,
As Portas de Moscou (Alexandre Bek).....	1.500,	800,
Reportagem sob a Força (Julius Fucik).....	1.800,	800,
Princípios nº 21.....	1.000,	1.000,
Princípios nº 20.....	1.000,	1.000,
Princípios nº 19.....	1.000,	500,
Princípios nº 18.....	1.000,	500,
Princípios nº 17.....	500,	300,

Folhetos	Preço Normal	Preço Promoção
As transformações sociais (J. Amazonas).....	60,	20,
O Brasil numa Encruzilhada Histórica (J. Amazonas).....	60,	20,
A Luta pela Emancipação da Mulher (Jó Moraes).....	60,	20,
Socialismo para a Juventude (Aldo Rebelo).....	60,	20,
Perestroika (J. Amazonas).....	60,	20,
PCdoB x PCB (Rogério Lustosa).....	60,	20,

Pedido mínimo 1.000,

Enviar pedido com cheque nominal ou vale postal para Editora Anita Garibaldi Ltda - Fundação CDM - Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - Fone: (011) 278-3220 - CEP 01320 - São Paulo - SP

Errata

Na edição passada (nº 62) ocorreram dois erros graves, pelos quais pedimos desculpas aos leitores. O primeiro foi com relação à data da publicação, que, ao invés de ser 5 a 19 de fevereiro, na verdade seria 5 a 19 de julho. O segundo foi a omissão no logotipo da especificação Órgão Central do Partido Comunista do Brasil.

Expediente

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins e Carlos Henrique Vasconcelos (Peninha)
Diagramação e Arte: José Luiz Muñuera Reyes
Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011) 36-7531/Telex: 11-21983
Fax: (011) 36-4104
Composição e arte final: Compuarte
Fone: (011) 36.0412
Fotólitos e Impressão: Jornal Paulista

Assine já o jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
 Endereço
 CEP Cidade Estado
 Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 900,00 Assinatura semestral: Cr\$ 1.800,00
 Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 1.500,00
 Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 3.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
 Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

EDITORIAL

Outra política

Dizem que o governo ainda não estabeleceu uma política salarial. A imprensa, entretanto, martela informações que autorizam uma conclusão diferente. O funcionalismo público continua pensando com o reajuste concedido no início do ano, dividido em duas parcelas. O de julho até agora não foi resolvido. Primeiro pela confusão armada com a inconstitucionalidade da Medida Provisória 296. Depois, enquanto o governo encena uma "importantíssima" polêmica sobre se a inflação deste mês passa dos 10% ou se fica em 9,7% (!), propõe um índice para os salários abaixo dos 20%. O salário mínimo continua na casa dos 17 mil.

Ao lado disso, no terreno fiscal, o Leão abocanha cada dia parcelas maiores dos salários devido ao artifício de congelar a tabela do imposto de renda na fonte. E quem ganha pouco paga mais. A tal ponto que um trabalhador que passou a receber um salário bruto de 210 mil cruzeiros em julho, perde 28% com esse imposto. A coisa ainda podia ser pior se tivesse passado na Justiça a tentativa de impor uma correção de 270%. O pretexto do governo para justificar um achatamento tão gritante e tanta voracidade fiscal, é que o Tesouro não tem recursos. Enquanto isso, os jornais estampam em primeira página que, entre 1985 e 1990, o Brasil perdeu 54 bilhões de dólares com pagamentos aos credores internacionais. E as autoridades da área econômica dizem que as negociações para acertar os juros ainda atrasados estão caminhando às mil maravilhas. Existe, portanto, uma política evidente: que o povo pague os descertos do governo. Que se descarregue sobre o trabalhador o peso dos impostos e que os ricos continuem gozando de isenções. Que o país trabalhe para trans-

ferir somas milionárias aos agiotas internacionais. E, para fazer passar essa orientação, que se aticem as Forças Armadas contra o Congresso, que se dividam os parlamentares concedendo favores aos mais submissos e acusando de "prejudicar o Brasil" os que ousam discordar do rei.

O movimento sindical tem pela frente um adversário perigoso e disposto a tudo para sabotar sua atividade. E, por outro lado, ainda carrega debilidades importantes - em particular a pouca capacidade de se mobilizar em torno de reivindicações unitárias. Diante do brutal arrocho, fica evidente que o povo precisa de outra política. Vai-se formando um consenso de que é preciso exigir, por baixo, um salário mínimo de 47 mil, retroativo a maio. E que o funcionalismo, para corrigir distorções flagrantes, necessita de um reajuste de 150%.

Para defender essas bandeiras com firmeza, os trabalhadores terão que se prevenir contra os convites enganosos, de agarrar uma pequena migalha em prejuízo do conjunto, feitos em colaboração com sindicalistas corrompidos que agem como linha auxiliar do governo. Ao mesmo tempo, no curso da luta, terão que articular suas reivindicações econômicas com a oposição política a um governo cada vez mais acintosamente antipovo e antinacional.

Aos apelos populares, Collor responde com promessas vazias e apelos a um falso desenvolvimento. O povo é o mais interessado no progresso. Isto só se consegue assegurando a independência do país e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Esse governo já provou que não tem condições, nem representatividade e nem interesse em trilhar este caminho.

Capital estrangeiro e livre mercado

Renato Rabelo*

Os dados bastante reveladores de uma pesquisa realizada no Brasil e outra nos Estados Unidos, denotam de forma eloqüente a falácia de que o desenvolvimento do Brasil só pode ser possível com o capital estrangeiro e com ampla abertura do nosso mercado.

A primeira, encomendada pelo próprio Ministério da Economia, visando detectar onde existe "capital disponível" para "atraí-lo", demonstrou cabalmente o que eles não querem reconhecer. Até o início da década de 80 eram investidos nos chamados países de Terceiro Mundo, quase 40% do total do capital disponível. No início da década de 90 esse volume cai para apenas 9%. Atualmente, afirma a pesquisa, 80% do capital em "disponibilidade no mundo" provém de cinco países: Japão, Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra. Entretanto, o que aparece como revelador é a demonstração de ser hoje 70% desse capital considerado disponível destinados ao investimento entre eles mesmos, ou seja, o Japão investe nos Estados Unidos e Europa e vice-versa. Um outro trabalho efetuado na Universidade de Michigan nos Estados Unidos, mostra que de 1966 para cá, está em "plena marcha uma cultura protecionista" nos Estados Unidos, MCE e Japão. Citando vários números esse trabalho evidencia que as taxas alfandegárias nesses países cresceram em média nesses 20 anos de 5% para 51%, principalmente para os produtos agrícolas, têxteis e aço.

Na verdade, os países ricos, imperialistas,

trancam cada vez mais seus mercados e impedem que os demais abram generosamente os seus. Prova disso é o que vem se sucedendo nas rodadas de negociação do GATT, as quais fracassaram uma após outra pelas imposições recíprocas das potências capitalistas.

Resumidamente esse é o quadro mundial da "disponibilidade de capitais" e da propalada "abertura de mercados". Essa realidade decorre do alto grau de concentração e centralização que o capitalismo atingiu no mundo. O capital só vai onde dá mais lucro. E hoje, dá maior retorno financeiro investir entre eles, países capitalistas desenvolvidos. A maioria das nações, como o Brasil, esbulhadas que foram de fantástica soma de recursos líquidos aos "países do Norte", em pagamento da dívida, já não é mais atrativa ao capital estrangeiro.

Constatamos, assim, que se torna cada vez mais escassa a "poupança externa" para os países como o nosso. E que nossos produtos encontram fortalezas maiores nas fronteiras dos países ricos. Tal situação se agrava no caso do Brasil porque somos considerados por eles um grande devedor e o "dinheiro novo" ou capital para investimento não vem. Os credores internacionais compram até nossas estatais sem investir um centavo de dinheiro novo. Assim, haja incentivos, concessões e favores para atrair o raro capital de fora.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Amazônia e dívida externa

Aldo Arantes*

Há muitos anos a Amazônia tem sido alvo da cobiça internacional. Antes pregava-se a internacionalização daquela região. Agora alguns falam em soberania limitada. Outros procuram o controle das riquezas da Amazônia sob o manto de "defesa da ecologia".

A atenção dos países desenvolvidos e dos grupos econômicos volta-se para esta região do Brasil. Primeiro em decorrência do processo de esgotamento das reservas já conhecidas de inúmeros minérios. Depois em decorrência do conhecimento, sobretudo dos Estados Unidos, das riquezas minerais da Amazônia.

Recentemente a Folha de S. Paulo trouxe a seguinte manchete: "G-7 deve apoiar a conversão 'ecológica' da dívida". Segundo a matéria, o grupo dos sete mais ricos deverá apoiar o projeto de conversão de US\$ 1,5 bilhão de títulos da dívida externa em recursos para a "conservação da floresta amazônica". A aprovação de tal projeto está, evidentemente, articulada com a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro.

O jornal londrino Financial Times, que divulgou a informação da conversão de parcela da dívida externa brasileira em projetos ecológicos, afirmou que até três semanas atrás o governo brasileiro recusava tal operação alegando que isto "acarretaria

uma perda inaceitável da soberania econômica". O governo recuou dessa posição diante da aproximação da reunião do G-7.

Tal operação fere a soberania nacional. Ela é mais um dos elementos da política anti-nacional do governo Collor, pois permitirá que grupos estrangeiros disponham de volumosos recursos, decorrentes de uma dívida ilegítima, que serão utilizados para tutelar a política sobre a região amazônica. Essa operação torna-se mais absurda e lesiva aos interesses nacionais quando se sabe que os títulos da dívida externa são vendidos no exterior com grande deságio.

A estratégia do governo Bush para a América Latina, definida no Documento Santa Fé II, prevê a conversão da dívida externa como caminho para a transferência das empresas estatais para as mãos de grupos privados nacionais e estrangeiros. Agora os países desenvolvidos querem dar um passo adiante em sua estratégia de dominação dos países dependentes. Pretendem utilizar a dívida externa para controlar as reservas minerais desses países e em particular da Amazônia. Isso é inaceitável. A Amazônia brasileira é parte integrante de nosso território. E só ao povo brasileiro cabe decidir sobre seu destino.

Centro de Documentação e Memória
Fundação* Maurício Grabois
Membro do Comitê Central do PCdoB

Curtas e Boas

Prioridade zero

A 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realizou no Rio de Janeiro, no período de 14 a 20 de julho, foi o retrato do desprezo que o governo Collor tem para com o ensino e a pesquisa no Brasil. Uma prova disso foram as ausências dos secretários nacionais de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, e do Meio Ambiente, José Lutemberger, ambos convidados e integrantes de mesas-redondas do evento. Não é à toa que as verbas para a ciência e tecnologia, que em 1985 representavam 5,8% do orçamento da União, atualmente estão reduzidas para apenas 0,7%. Esses dados dão a dimensão do que o governo Collor tem como prioridade para com o progresso científico e o consequente aprofundamento da soberania do país. Ou seja, nenhuma!

Fim de Exércitos I

O ex-presidente do Banco Mundial (Bird) e ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, Roberto McNamara, está propondo a eliminação de todas as forças armadas dos países em desenvolvimento, como o Brasil, e substituí-las por um exército supranacional, sob o Comando do Conselho de Segurança da ONU. Ele apresentou a proposta em recente reunião do Banco com o FMI, em Washington.

Fim de Exércitos II

E tem mais: A proposição do ex-secretário de Defesa americano prevê que a concessão de financiamento aos países em questão seja vinculada à aceitação dos termos da medida. De acordo com McNamara, a ONU poderá intervir nos conflitos regionais, mediante sanções econômicas e, se for necessário, por ações militares. Ficariam proibidas também a aquisição e a fabricação de armas químicas ou nucleares e de mísseis. Isto é, dar a todos, em caso de desobediência ao imperialismo, o mesmo tratamento que vem sendo dado ao povo iraquiano.

Durma-se com um barulho desses!

Collera em Prudente

O presidente Collor foi recebido, no último dia 10 de julho, em Presidente Prudente (SP), por uma manifestação de repúdio ao seu governo. Um dia antes da chegada do presidente o Conselho Intersindical e os partidos de esquerda, entre os quais o PCdoB, distribuíram panfletos e picharam toda a cidade. "Cuidado! Collera em Prudente" foi o slogan mais difundido entre a população. O único a destoar foi o jornal local, equivocadamente denominado "O Imparcial". Foi ele que saiu com a seguinte pérola: "Como prevíamos, a visita presidencial colocou Presidente Prudente nas manchetes dos jornais." Ô meu!

Oposição comunitária

A Federação das Associações de Moradores em Bairros, Villas e Favelas de Belo Horizonte - Famobh - realizou, nos dias 13 e 14 de julho, um seminário em que concluiu que o movimento comunitário somado a outros segmentos organizados da sociedade devem se mobilizar para realizar uma oposição firme contra o projeto neoliberal do governo Collor. A privatização de estatais, como a Usiminas, e de setores essenciais como a saúde e a educação são as frentes prioritárias a serem atacadas pelo movimento. Uai!

Consciência negra

O vereador Vital Nolasco, do PCdoB em São Paulo, conseguiu aprovar projeto de lei que institui a "Semana da Consciência Negra", tendo como Dia Nacional o 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares. Agora, a lei determina que a Prefeitura promova oficialmente e todos os anos as comemorações que simbolizam a luta dos negros no Brasil. Além disso, o vereador aprovou também a concessão do título de Cidadão Paulistano ao líder negro sul-africano Nelson Mandela, durante sua visita à capital paulista no início de agosto.

Trabalhador rural

Os trabalhadores rurais de todo o país comemoram neste 25 de julho o seu Dia Nacional. Estão programadas diversas jornadas de lutas e manifestações, de 22 a 27 de julho, em torno das principais aspirações e necessidades dos trabalhadores do campo. O trabalhador rural representa atualmente 42% da força economicamente ativa do país, sendo que a maior parte (9 milhões) não é dona da terra em que trabalha, outros (8 milhões) vivem com seus familiares em torno da lavoura de subsistência e os demais (6 milhões) são assalariados rurais.

Luta da Usiminas ganha as praças

Jô Moraes*



Amilton Reis/Diário do Aço

O Cine Ipanema foi pequeno para a multidão protestar. O ato foi transferido para a Praça da Prefeitura.

Ipatinga foi palco do primeiro ato popular em defesa da Usiminas, realizado no dia 4 de julho último. Os 800 lugares do Cine Ipanema, no centro da cidade, local previamente decidido para o acontecimento, foram insuficientes para as 2.500 pessoas que, ao final, se concentraram na Praça da Prefeitura, em um improvisado palanque.

A manifestação, que contou com a presença de Luis Inácio Lula da Silva, presidente do PT, do deputado federal Aldo Rebelo, do PCdoB, e da presidente da UNE, Patrícia de Angelis, além de amplo leque de forças locais, foi um passo significativo para levar às ruas a luta em defesa da Usiminas e para envolver nela seus trabalhadores.

As mobilizações políticas se sucedem medidas judiciais. O deputado estadual do PT, Ivo José, enviou representação ao Procurador Geral da República, em Minas, exigindo apuração de possível favorecimento, através de informação privilegiada, do empresário Paulo César Farias, ligado ao presidente Collor. A CGT mineira, através de seu presidente Albenzio Dias de Carvalho, que encabeça as assinaturas, entrou com uma Ação Popular para sustar o processo de privatização em curso. O juiz federal da 8ª Vara, Antonio Francisco Pereira, que recebeu a ação, num aparente esforço de ganhar tempo, já que saíria de férias em seguida, em seu parecer inicial, solicitou atualização de endereços de signatários e uma tradução do texto em japonês a fim de encaminhar pedidos de esclarecimentos à Nippon Usiminas, um dos citados contra quem é dirigida a medida. Apesar disso, uma sinalização positiva foi dada com o parecer favorável à concessão da liminar, do representante da Procuradoria da República, em Minas, Humberto Barbi, um dos consultados pelo juiz.

Hélio Garcia pisa na bola

Divulgada em meio a essas atividades, causou indignação e espanto a decisão do governador Hélio Garcia de apoiar a privatização da Usiminas, através de financiamentos do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Referindo-se a esta decisão, o secretariado regional do PCdoB divulgou uma nota onde condena a capitulação de Hélio Garcia às pressões do governo federal.

O desafio que se coloca hoje para o Movimento em Defesa da Usiminas é dar um caráter de participação popular às suas atividades. E uma das grandes dificuldades diz respeito ao conteúdo político da campanha.

O que unifica os diferentes setores que o integram é a suspensão do processo de privatização, toman-

do-se como base, sobretudo, o preço estabelecido, as moedas indicadas para a compra e a intervenção autoritária do governo Collor que baixou o edital sem qualquer consulta anterior às forças políticas do Estado.

A consciência do problema ainda não chegou a certos setores de esquerda que, pelas circunstâncias, têm presença importante na luta. O deputado federal do PT pelo Vale do Aço, João Paulo Pires, por exemplo, em declaração ao jornal *Hoje em Dia*, de 11 de julho último, afirmou: "Não sou, em tese, contrário à privatização de empresas. O que não posso concordar é com esses preços irrealistas e injustos." Batendo nessa tecla, esses setores não fazem qualquer referência à ameaça aos interesses estratégicos do país contida na proposta de privatização da Usiminas.

Siderurgia, setor estratégico

A produção siderúrgica brasileira se coloca, hoje, em 6º lugar no mundo. À frente dela apenas a União Soviética, Japão, Estados Unidos, China e Alemanha Ocidental. Está entre as mais modernas, particularmente pelo fato de 70% de sua capacidade produtiva ter começado a operar nos últimos 10 anos.

A parte estatal é integrada por onze empresas que detêm 67,7% do patrimônio total da siderurgia, 58,6% do faturamento e 54,1% dos empregados. Respondeu, em 1987, por 64,2% da produção total de aço do país.

O setor privado que, na década de 70, expandiu-se basicamente através de financiamentos com juros subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, é composto por 58 empresas, respondendo por 35,8% do total de aço produzido no país.

Na compreensão de que é necessário construir um projeto de desenvolvimento nacional onde o setor siderúrgico tem papel decisivo, cabe às forças populares desencadear intensa campanha de esclarecimento sobre o real significado da batalha em curso. E ter presente o alerta feito no estudo apresentado no Seminário de Brasília: "Ao deixarmos de lado o controle coordenado da siderurgia do aço plano, através da privatização de algumas unidades ou sem levar em conta suas necessidades de integração, estamos simultaneamente descartando nossa oportunidade de continuar a industrialização iniciada que na atual escala só beneficia parte da população, como sinalizando o retorno de nossa economia ao estágio de fornecedores de produtos primários."

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois Gerais

Brizola colabora pensando em 94

Carlos Henrique Vasconcelos



Arquivo

Brizola brinda com Collor durante lançamento de navio no estaleiro Ishibrás, no Rio, para garantir governabilidade

"Não joga xadrez. Só dama e dominó." Esta foi a resposta do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, após ser indagado acerca do futuro das suas relações com o presidente Fernando Collor, logo depois da audiência que manteve, no último dia 15 de julho, em Brasília. Trata-se de mais uma declaração diversionista do governador, que escolheu o caminho da colaboração política para evitar retaliações, a manter o discurso da campanha presidencial, e lhe garantir governabilidade e, por conseguinte, o cacife indispensável para disputar a sucessão presidencial em 1994.

Brizola justifica o seu relacionamento com Collor como simples "cooperação administrativa", mas é evidente que tal convivência remonta à influência da social-democracia européia, a quem não interessa o aprofundamento da crise do governo Collor. Com isso, repete uma antiga visão de que a radicalização da oposição ao governo abre brechas para o perigo iminente a ações da direita e dos militares. O apoio à recente nota dos ministros militares contra o Congresso e as suas declarações contra a greve geral, convocada pelas centrais sindicais, nos dias 22 e 23 de maio passado, são exemplos característicos do seu posicionamento.

Acrescente-se a esses fatos, o seu interesse em ganhar tempo para consolidar-se nacionalmente e arregimentar forças para enfrentar o ex-governador de São Paulo Orestes Quécia, que praticamente já tem sua candidatura à presidência lançada no país. Por sinal, adversário também de Collor na corrida sucessória. A postura do gover-

nador Brizola faz com que ele desconheça a aliança política que o elegeu (PDT, PCdoB, PV e PCB), coloca-a no "banco de reserva", para em uma emergência (um grande desgaste e isolamento de Collor, por exemplo) passar para a ofensiva contra Collor.

As conseqüências desse posicionamento do governador fluminense são imediatas: enfraquece o campo da unidade das forças populares que se opõe a Collor, não ajuda a elevar a consciência das massas, dificulta a elaboração de um projeto político alternativo que tire o país da crise e dá fôlego ao governo para continuar sua política de desmantelamento da nação. Dar oxigênio ao governo Collor é prolongar a crise, o sofrimen-

to do povo e a violência crescente, além de pôr em risco a soberania nacional.

No entanto, o PDT e Brizola apresentam dubiedades. Enquanto Collor é recebido com flores no Rio, em Brasília a bancada pedetista tem votado, na maioria das vezes, em oposição ao governo Collor. Também é contraditória sua tática com a estratégia. Brizola admite até aprofundar o atual nível de colaboração política, mas, em contrapartida, não abre mão de seus objetivos estratégicos, em defesa de estatais, contra o endividamento externo e as políticas salarial e econômica.

Carlos Henrique Vasconcelos*
Colaborador de A Classe

Partido no Rio mantém apoio ao PDT e a Brizola

Mesmo considerando equivocada a aliança tática de Brizola com Collor, o PCdoB mantém o apoio ao governo Brizola e ao PDT. A justificativa reside no fato de que tal aliança não caracteriza uma adesão ao governo federal, do ponto de vista do projeto político do governo. Além disso, o governo Brizola está apenas no início e até o momento não se contrapõe aos interesses maiores do Estado e da população (ao contrário, conta com grande prestígio popular), não se justificando um rompimento com ele.

Entretanto, a evolução dos fatos impõe uma flexão tática. Um ajuste no sentido de o PCdoB cada vez mais acentuar sua independência política. Mostrar sua posição diante do governo Collor e nos casos concretos, quando sua

administração contraria os interesses da população e da democracia. Trata-se de um exercício político complexo e delicado, no sentido de o partido manter a nitidez política sem se isolar do povo fluminense, a quem, prioritariamente, deve satisfações, além do povo brasileiro.

A melhor maneira de fazer essa flexão é o partido, no concreto e na luta, ser a oposição consequente e clara ao governo Collor. É nesse movimento que o partido estará junto ao povo e aos pedetistas que se opõem a Collor, ajudando-os a elevar sua consciência e sua capacidade de exigir o cumprimento dos compromissos da coligação Povo Unido (PDT, PCdoB, PV e PCB) para com o povo e a democracia.

O Congresso em pauta

Um poder em crise

Aldo Rebelo*

O segundo semestre do ano começou em Brasília sob o ruflar de tambores sinistros. Tangidos pelo presidente da República, generais, brigadeiros e almirantes apontaram no Congresso Nacional a razão de suas agruras, o responsável pelos baixos soldos e pela desarmonia entre Executivo e Legislativo.

A reação pífia da Câmara e do Senado é o sintoma de um poder em crise, flagrado na sua incapacidade de cumprir melhor papel diante da encruzilhada nacional.

Em todos os episódios para os quais foi convocado a tomar posição o Congresso descreveu uma trajetória que comprometeu os interesses do país, colocou-se a reboque do Poder Executivo e das manobras anti-nacionais e anti-populares por este advogadas.

No início do ano, quando do Plano Collor II (Medidas Provisórias 294 e 295), os deputados confundiram ainda mais as coisas. Antigos opositoristas, inimigos de pacotes, principalmente pacotes recessivos, viram nos embrulhos de Collor a salvação da Pátria, como fez César Maia. Recentes arautos da independência política dos trabalhadores passaram a enxergar fantasmas do consenso em negociações com funcionários do governo, pacoteiros de plantão.

Faixas modernidades

No episódio da informática, a confusão foi maior ainda. Sob a batuta do "moderneiro-mór" Roberto Campos (nome moderno, o antigo era Bob Fields), modernos de todos os tipos, de Delfim Neto e Aloísio Mercadante, passando por José Serra e José Genoíno, exigiram o fim da reserva de mercado para informática, a pretexto de informatizar a sociedade e capacitar o país tecnologicamente. Com o apoio do governo, conseguiram seu intento.

Registrou-se a firme posição do PDT, PSB e PCdoB em defesa da reserva de mercado, finalmente derrotada ainda nas negociações. Do antigo edifício da informática nacional sobraram a preferência de compra do Estado para empresas nacionais e um incentivo fiscal cujo efeito ainda está para ser provado.

Dólares da inflação

Mais recentemente o Senado votou o acordo da dívida. Seguindo a posição vergonhosa e de capitulação nacional do governo brasileiro, o Senado aprovou o acordo. Os anais registraram apenas os honrados votos contrários do senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, e de mais cinco senadores do PMDB.

Mais uma vez, pelas cláusulas subscritas por nossos governantes (nossos ou deles?) e referendadas pelo nosso (?) Senado, árbitros de Nova Iorque julgarão disputas judiciais entre o governo brasileiro e os bancos credores tendo como fórum o território norte-americano. Pagaremos até o final de ano nove bilhões de dólares, soma que naturalmente contribuirá para aumentar o desemprego, o arrocho salarial, a miséria social e a inflação em nosso país.

Reorganizou-se a Frente Parlamentar Nacionalista, surgiu a Frente Parlamentar Pela Democratização da Informação; uma caravana de parlamentares compareceu a Rio Maria para testemunhar a luta pela Reforma Agrária e os crimes do latifúndio. Ao apagar das luzes do semestre impôs-se ao governo a derrota da MP 296. São fatos alentadores, mas não decisivos. Os leiloeiros da pátria só serão contidos pela ação das ruas, dos que sofrem o arrocho do salário enquanto o governo distribui dólares e siderúrgicas aos banqueiros internacionais.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
*deputado federal pelo PCdoB-SP

Deputado luta contra maracutaias oficiais

O povo da Paraíba obteve uma expressiva vitória: o Supremo Tribunal Federal - STF - suspendeu a eficácia do artigo 270 da Constituição da Paraíba, que criava aposentadorias de ex-deputados estaduais. O deputado Simão Almeida, do PCdoB, foi o autor da medida que acabou com essa maracutaia.

Simão já havia obtido liminar na Justiça paraibana, suspendendo 23 das 27 aposentadorias requeridas. Anteriormente o plenário da Assembleia Legislativa da Paraíba havia rejeitado requerimento do deputado acabando com essas aposentadorias. Agora, o STF suspendeu todas elas, sem exceção, até o julgamento final da ação direta de in-

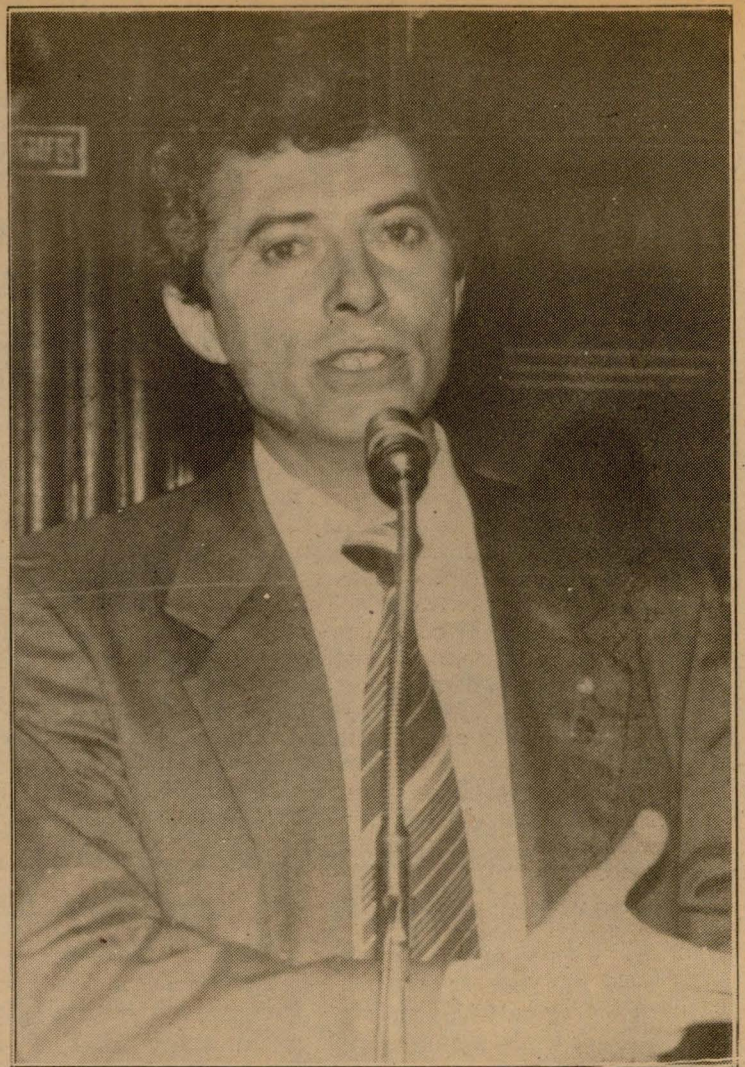
constitucionalidade, movida pelo PCdoB.

Essas aposentadorias, proporcionais a partir dos oito anos de mandato, eram de, no mínimo, 50% da remuneração de um deputado, o que significava em maio Cr\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil cruzeiros). Eram, ainda, extensivas às viúvas de ex-deputados e beneficiava até um deputado federal em exercício. Simão Almeida afirmou que "foi derrubada uma grande imoralidade, um uso escabroso do dinheiro público, uma afronta aos trabalhadores". Segundo ele, para um trabalhador aposentar-se precisa trabalhar, no mínimo, trinta anos, às vezes até 65 anos de idade, para

perceber valores insuficientes para o seu sustento. Não se concebe, assim, que exista na Constituição da Paraíba esse dispositivo imoral e contrário à Constituição Federal.

O parlamentar ressaltou que vence também a Justiça paraibana, que teve um de seus juízes chamado de mentalmente insano, por um ex-deputado que se locupletava da aposentadoria ilegal. Com sua ação, Simão Almeida exemplificou o papel de parlamentar comunista, sempre a serviço dos interesses maiores dos trabalhadores e do povo paraibano.

Do correspondente na Paraíba



Deputado paraibano mostra como é que se luta contra marajás

Arquivo

Eco-92: ecologia, porém política

O ano de 1992 será de intenso debate sobre a questão ecológica. A realização, no Rio de Janeiro, da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco 92 - e da Conferência das Organizações não Governamentais - ONGs - de forma simultânea, colocará em confronto concepções sobre o desenvolvimento, a defesa da terra e do índio, a luta contra a internacionalização da Amazônia, a qualidade de vida. O modelo de uma nova sociedade não pode ser discutido a não ser junto com uma análise do meio ambiente.

A natureza pode ser considerada como um conjunto de relações ecológicas, isto é, relações dos seres vivos com o meio físico e relações entre os seres vivos, que ocorrem de maneira equilibrada, desde que mudanças ambientais não sejam drásticas, vencendo assim a capacidade de reação da natureza.

O homem, como parte deste meio vem se inter-relacionando, modificando e sofrendo as influências do meio, mas é a partir do século XVIII, com a expansão do mercado e surgimento de novos, fruto das colônias que estavam se formando, que surge a necessidade de uma nova forma de produção que atendessem a demanda.

Com a máquina a vapor colocada em funcionamento em 11 de março de 1776, estavam dadas todas as condições para que se desenvolvesse a industrialização. Após a Revolução

Industrial ocorre um aumento acentuado da produção. Surge a concorrência para a venda dos produtos e a necessidade de um crescimento cada vez mais rápido e constante da produção. A busca do lucro é uma lei que se impõe no modo de produção capitalista. A dilapidação da natureza é uma necessidade lógica desse sistema.

Carlos Minc, deputado pelo PT-RJ, argumenta que "apesar de relacionar as bases da economia de crescimento com o modelo histórico do desenvolvimento capitalista, não chegaram a apontar os países industriais ditos socialistas como alternativa...", porque estes "não mudaram substancialmente os padrões de tecnologia, organização e remuneração do trabalho, estrutura monetária e a ordem jurídica e moral criados no capitalismo", e ainda porque nos países socialistas "várias questões não foram resolvidas como a problemática real da apropriação pelos trabalhadores dos meios de produção e a democratização da informação e do poder, da opressão da população sobre a utilização do seu meio ambiente".

Mas será que esses fatores explicam os ataques à natureza ocorridos nestes países? É necessário lembrarmos em que circunstâncias ocorreram a Revolução de 1917 e a implantação do socialismo dos demais países. Durante a fase imperial, a Rússia era um país fracamente industrializado. Praticamente só Moscou e São Petesburgo possuíam alguma atividade industrial e ainda assim, muito dependente do capital e tecnologias estrangeiras.

Uma grande concentração da população no campo, um alto grau de analfabetismo e desemprego generalizado caracterizavam este país como subdesenvolvido e colonial.

Os governos socialistas surgidos na maioria dos países do leste, talvez com exceção da Alemanha e Tchecoslováquia, se depararam com problemas parecidos e, assim, surge a grande preocupação com a necessidade da industrialização rápida nestes países.

Neste quadro é que se procurou incrementar o desenvolvimento da economia que significasse menos desemprego, menos fome para a população. Leo Huberman cita que "as grandes questões econômicas do governo da URSS são o que produzir, quanto produzir e a quem dar o que é produzido". É preciso salientar que faltou uma questão: Como será produzido? Quais serão as tecnologias? Estas prejudicam o meio ambiente?

Mas em um quadro de fome, miséria, guerra civil, isolamento político e econômico torna-se difícil criar novas técnicas. Este erro deve ser considerado, mas o socialismo como projeto histórico dos operários não pode ser abandonado por isto.

Carlos Minc, argumenta ainda que "... o socialismo autoritário, centralizador, militarista, machista, tem sua matriz não apenas no stalinismo, mas também no economicismo e no racionalismo presentes no pensamento de Marx e Lênin".

Com estas palavras ele procura justificar a razão pela qual fundam "belo e possível" apontado pelos eco-

logistas se sobrepõe aos princípios do marxismo. Mas que caminho é este? Segundo este pensamento, deveria se responder à questão de como crescer. O livro *O que é ecologia*, nos dá uma idéia das propostas que vêm sendo defendidas pelo Ecologismo:

1. Descentralização da Economia;
2. Estruturar políticas sócio-econômicas e culturais descentralizadas;
3. Nova política industrial com indústrias que se integrem de forma não poluente e não agressiva ao meio ambiente;
4. Fontes de energia o mais possível a partir de recursos regionais (estações coletoras de energia solar, dos ventos e mares);
5. Nas áreas rurais e nas fábricas o poder deveria ser democratizado.

Com estas propostas certos ecologistas demonstram desconhecer as contradições do sistema que criticam. Deslocam o centro da luta popular das questões fundamentais para questões conjunturais. Não percebem que sem mudar o modo de produção, todas estas propostas se tornam letras mortas.

Não tenho a intenção de atacar aqueles que, de certa forma, vêm criticando o modo de vida imposto pela sociedade capitalista, aqueles que militam em outros partidos de esquerda, mas me parece equivocada a visão que alguns ecologistas defendem.

Soa velha e mal a proposta de uma terceira via, nem capitalista e nem socialista, como modelo de sociedade.

Reginaldo Meloni - colaborador em Campinas

G-7 investe contra os povos

Dilermando Toni*

Controle total sobre o restante do mundo. Esta é a principal decisão política da reunião do G-7 que terminou nesta última quarta-feira, 17 de julho, em Londres.

Inicialmente previa-se que seriam tratadas prioritariamente políticas que tentassem desobstruir as negociações comerciais da Rodada do Uruguai do GATT, a questão ambiental envolvendo a Amazônia brasileira ou mesmo o exame do pedido de ajuda financeira por parte da URSS. Mas todos esses assuntos ficaram relegados a um segundo plano diante das decisões tomadas pelo Grupo dos Sete no que diz respeito à chamada segurança internacional. O tom e o conteúdo da Declaração Política de Londres soam como uma verdadeira declaração de guerra das grandes potências contra os povos do mundo.

ONU - polícia do mundo

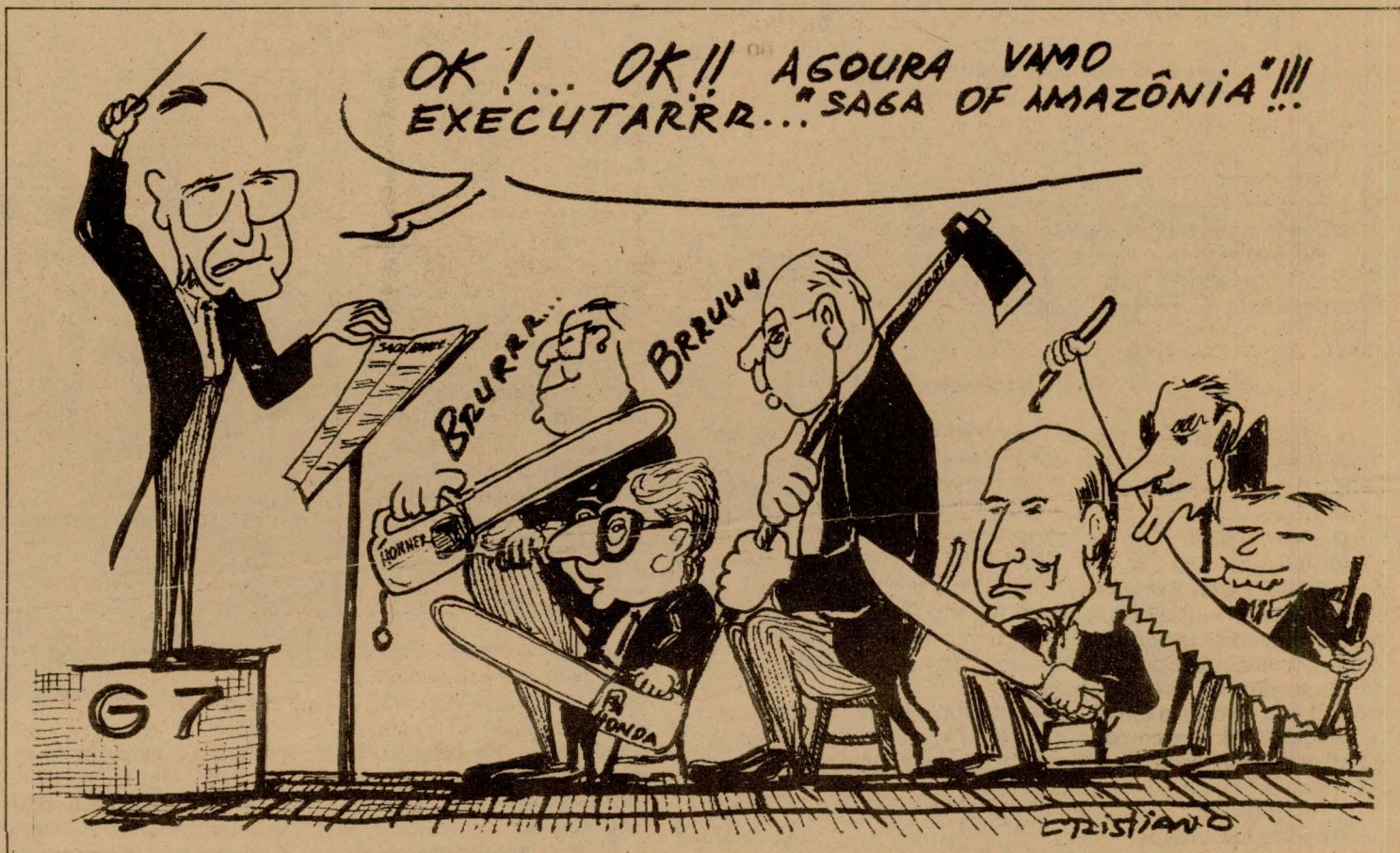
As grandes potências partem da avaliação de que estão sendo agredidas e que por isso precisam exercer um domínio militar absoluto sobre o restante do planeta. A ONU, a exemplo do que aconteceu no caso da guerra do Golfo, terá permanentemente o papel de pressionar e intervir com a força, quando necessário, em qualquer região do mundo. A declaração diz: "As Nações Unidas terão um papel central no fortalecimento da ordem internacional, serão mais fortes, eficientes e atuantes para 'evitar' conflitos, tornando claras aos agressores em potencial, as conseqüências de suas ações".

De agora em diante, todo o comércio internacional de armas será rigidamente controlado. Exige-se "transparência quanto às transferências internacionais de armas e à tecnologia militar a elas ligadas". Vai ser criado um registro universal das transferências de armas sob a responsabilidade da ONU. Com a arrogância costumeira o G-7 afirma: "Todos os estados devem dar informações regularmente sobre as transferências de armas". Pretende-se controlar também os estoques, afim de evitar "arsenais desproporcionais". O mesmo se pretende com a produção de armamentos dos países dependentes.

Com relação às armas nucleares o controle será mais efetivo. Diz a Declaração que "Todos os estados que não têm armas nucleares devem se submeter às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA". Não falta no documento nem mesmo um elogio à posição do governo brasileiro de acordo total com a AIEA. Desta maneira, o monopólio atômico por parte das grandes potências estará garantido.

Intervenção global

Além dessa política geral tra-



çada, o G-7 se meteu, opinando e ameaçando, por toda a parte. Fez um chamamento claro à derrubada do governo iraquiano, manteve sanções comerciais a esse país e o ameaçou descaradamente de nova intervenção militar. Quanto ao Oriente Médio, o G-7 fala em paz, mas passa por cima, propositalmente, da situação de Israel que mantém um arsenal nuclear de mais de cem ogivas. Intromete-se também na Europa de Leste e no conflito iugoslavo. De passagem elogia o "progresso da Albânia".

A partir de tal situação não resta a menor dúvida de que o nível de tensão existente no mundo se eleva a um novo estágio. O caráter agressivo e belicista do atual imperialismo internacional, com o norte-americano à frente, tem paralelo histórico com a Alemanha nazista, Bush nada fica a dever para Hitler. Diante desta ofensiva de tal envergadura, pesa sobre os povos do mundo e sobre os países dependentes a constante ameaça da guerra e de sua descaracterização total como Estados-Nações.

Gorbatchov de joelhos

Os números da crise soviética são impressionantes. 14 milhões de desempregados, 200% de inflação ao ano, 11% de queda na produção industrial, dívida externa calculada em 65 bilhões de dólares, para não falar da luta entre as repúblicas, na crise do PCUS, etc. Diante de tal situação, Gorbatchov se ajoelha aos pés do imperialismo, implorando por dólares. Já são

mais de uma dezena de planos econômicos em menos de dois anos e, desta feita, para tentar ganhar a confiança das potências do ocidente, os soviéticos apresentaram uma proposta que garante total liberdade ao capital estrangeiro, a independência das empresas e dos bancos em relação ao estado, além de medidas que relaxem a relação do Poder central com as repúblicas. Para promover as "reformas" seriam necessários 30 bilhões de dólares anuais durante cinco anos. 150 bilhões de dólares, esse é o preço a ser pago para que os revisionistas soviéticos continuem no caminho da "maior integração da URSS no mercado mundial".

Mas, a despeito da vontade alemã sobretudo (Kohl declarou que "Não é de nosso interesse que a União Soviética deslize para a instabilidade"), o G-7 não parece disposto a ir mais além com a URSS, da disposição de conceder alguma ajuda técnica, permitir uma associação especial com o FMI e o Banco Mundial, e investir em Joint-ventures lucrativas.

Amazônia na mira do G-7

Os países mais ricos do mundo vêm demonstrando um interesse crescente pela Amazônia brasileira. A moda é falar em preservação do meio-ambiente, para disfarçar as reais intenções de controle ainda maior sobre a rica região. Acontece que em passado muito recente, foi exatamente o Banco Mundial quem financiou, via subsídios do governo brasileiro, a implantação de

Ricos detêm 70% dos recursos do planeta

O Grupo dos 7 funciona como o Estado Maior do mundo capitalista, composto pelos países mais ricos e poderosos. Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Japão, Grã-Bretanha se reuniram pela primeira vez em 1975. Mais tarde foi incorporado o Canadá.

A renda per capita desses países aproxima-se dos vinte mil dólares anuais e o seu Produto Interno Bruto (PIB) somado chega aos treze trilhões de dólares, enquanto o PIB de todo o resto do mundo somado, mal atinge os seis trilhões. É a partir das reuniões do G-7 que são traçadas as grandes linhas para os organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial, o GATT e a ONU. Durante cerca de quinze anos o G-7 traçou os planos do bloco ocidental para fazer frente ao bloco oriental liderado pela União Soviética; agora, com o fim da bipolaridade, o G-7, com o apoio da União Soviética, se sente mais livre para tramocar contra os povos; no entanto, são crescentes também as contradições entre os próprios países ricos, envolvendo de maneira mais forte, as disputas comerciais.

Em resumo, a situação do G-7 pode ser descrita como uma articulação imperialista contra os povos mas, que traz em seu seio, o embrião de lutas interimperialistas acirradas. Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá defendem grandes interesses parecidos; o Japão tem reivindicações próprias, a Alemanha procura facilitar as coisas para a URSS e assim por diante.

grandes projetos agro-pecuários, siderúrgicos, etc., que trouxeram graves prejuízos ao ecossistema da região.

Agora, o governo brasileiro fez um projeto em conjunto com a CEE e o mesmo Banco Mundial que prevê a aplicação de cerca de 1,56 bilhão de dólares na Amazônia. De imediato, o G-7 concordou em liberar 50 milhões de dólares para o que está sendo chamado de Plano Piloto. O governo só não esclarece como, em que e onde serão aplicados os recursos. Collor cedeu mais uma vez, retirando a restrição do governo aos planos amazô-

cos das grandes potências. Não fala mais em manter a "soberania econômica" como há um mês atrás.

Com o atual plano do G-7, que deverá ser consolidado na ECO-92, o que restava de soberania está definitivamente comprometido. O diretor-geral para meio-ambiente da Comissão Europeia declarou essa semana que, para sair mais dinheiro, é preciso que o plano preliminar seja "checado e monitorado consequentemente". Foster: A Amazônia, ma dúvida?

* Editor de A Classe.

Questão de Ordem A crise se enfrenta com luta

João Batista Lemos*

A crise está em agravamento. Destruição da economia nacional, perdas salariais altíssimas e do poder aquisitivo dos trabalhadores. Uma recessão que já atinge um milhão e cem mil desempregados somente em São Paulo. Crescente miserabilidade de grande parcela da população.

No entanto, as classes trabalhadoras ainda não deram uma resposta à altura a estes descalabros das classes dominantes e do governo Collor.

A greve fracassou?

Nessa situação, mesmo que pareça tardio, faz sentido analisar com mais cuidado a greve dos dias 22 e 23 de maio último. Por que não se conseguiu parar os centros nevrálgicos da produção? Como se comportou a direção do movimento? A grande imprensa bombardeou: "a greve foi um fracasso". E logo alguns dirigentes do PT fizeram coro com esta avaliação, talvez mais preocupados em salvar a própria pele do que em fazer o movimento avançar. Também não basta dizer simplificadoramente que a greve jogou o seu papel. Para aprofundar a análise é preciso considerar alguns fatores importantes:

1) A queda da ministra e de sua equipe econômica, - alvos mais visíveis do movimento - dias antes da greve, não deveria ter sido subestimada e sim analisada por um fórum mais amplo e representativo dos sindicatos de base.

2) A divisão do movimento sindical se fez sentir. A Força Sindical que tem certa influência em sindicatos operários importantes, servindo aos patrões e ao governo, jogou contra a greve.

3) Algumas debilidades permanentes no movimento operário e sindical: o corporativismo, luta somente nos marcos da categoria, encabrestada, sem a dimensão de uma consciência mais geral e de classe. E o economicismo, sindicalismo que não faz política e não politiza, e que, de mãos dadas, são incapazes de relacionar corretamente as lutas imediatas com a luta geral, para definir os rumos dos acontecimentos na vida da classe operária e do povo. Outro exemplo destas debilidades foi a pequena presença de dirigentes sindicais no Congresso Nacional, para influir no projeto substitutivo sobre a organização sindical e negociação coletiva. O projeto de lei do governo, que abre caminho para entidades paralelas no movimentos sindical, para um novo atrelamento ao Ministério do Trabalho, e leva à perda de direitos trabalhistas consagrados, precisa ser combatido à altura. Em contraponto com essas debilidades os metroviários de São Paulo conseguiram combinar sua campanha salarial com a greve geral.

4) O movimento grevista ressentiu-se também do pequeno grau de organização no interior das empresas, organizações representativas, com nível de formação classista, através das comissões, CIPAS, delegados sindicais entre outras.

Correlação desfavorável

Todos esses fatores estão dentro de uma correlação de forças desfavorável para o movimento operário, tanto a nível nacional como internacional, e assim adquirem proporções maiores. A mobilização dos trabalhadores não está dissociada de um movimento político mais geral das forças democráticas e progressistas que seja contraponto ao plano neoliberal de Collor e seu governo.

5) Considerando tudo isso a greve geral de maio último representou um avanço no sentido da resistência política e de mobilização dos trabalhadores, apesar de não ter alcançado grandes êxitos. Mas a batalha por melhores salários e melhores condições de vida vai colocando na ordem do dia a necessidade da unidade e luta dos trabalhadores, das forças democráticas e progressistas do país para enfrentar o governo e as causas estruturais da crise.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Concut: Congresso de MG sob julgamento

O IV Congresso da Central Única dos Trabalhadores (IV Concut) está marcado "para um momento especial no país, caracterizado pelo agravamento da situação crítica na economia e na sociedade tomada como um todo, em que as condições do povo pioraram sensivelmente", conforme a análise de Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia. Álvaro, que nos últimos dias tem sido vítima de insistentes ameaças contra sua vida (leia box), é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista.

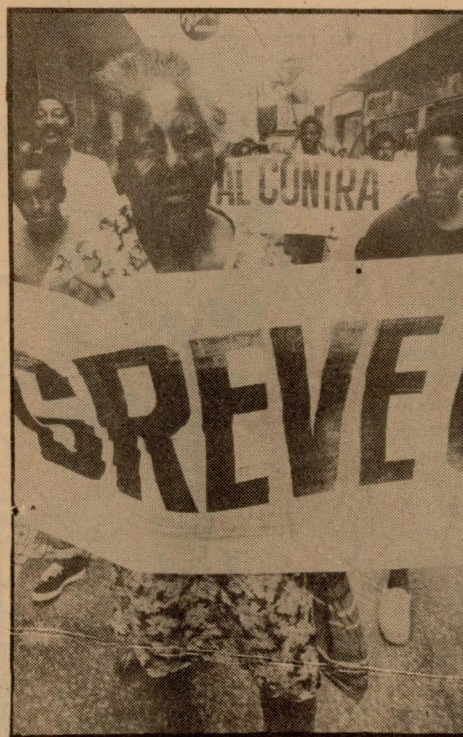
Na reta final do congresso surgiram novos problemas cuja solução ainda está em curso no interior da CUT. Sobressai a polêmica em torno da validade ou não do congresso estadual realizado em Minas Gerais que, segundo a direção nacional da CUT, foi caracterizado por irregularidades relacionadas à participação de algumas entidades filiadas à Central.

Conforme o secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro, o congresso estadual realizado em Minas procedeu "uma alteração substancial dos critérios de participação" definidos a nível nacional, ao aceitar delegados (27,66% do total) de entidades que não estariam em condições de participar, devido a atrasos no pagamento das mensalidades à CUT. A executiva regional da CUT em Minas Gerais, contudo, nega esta versão, alegando que embora mudando datas de pagamento, no final todas as delegações tinham

condições de participar do congresso.

O problema ainda não tinha sido resolvido até o fechamento desta edição. Entretanto, parece que um dos motivos essenciais para o conflito relaciona-se à luta de tendências dentro da CUT e, especialmente, à disposição do grupo "Articulação" de manter sua hegemonia a qualquer preço.

De acordo com Álvaro Gomes "se ficar comprovada qualquer irregularidade deve ser realizado novo congresso estadual em Minas Gerais, pois não é possível ter um critério válido para um Estado e o outro válido para outros ou sicranos". No entanto, ele



É grave a condição de vida do povo

ressalta, "é preciso investigar a real natureza do problema".

Álvaro Gomes critica também o que considera ser "a imposição de mensalidades abusivas, muitas vezes em contradição com as disponibilidades das entidades que se filiam à CUT, que pede 5% de todas as receitas sindicais acrescidas de taxas extras relacionadas a eventos gerais como greves e jornadas nacionais de luta".

De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia "as exigências atuais estão muito além das condições de grande parte das entidades sindicais. É certo que uma central sindical de âmbito nacional precisa de dinheiro, mas é preciso analisar as possibilidades financeiras das organizações filiadas".

Ele denunciou, ainda, manobras de certas forças sindicais dentro da CUT para discriminar e vetar delegados de outras correntes que atuam dentro da central. Citou, como exemplo, "as manobras para impedir a participação de 11 sindicatos com direções ligadas à Corrente Sindical Classista no congresso estadual da Bahia".

Álvaro Gomes defende a introdução da proporcionalidade qualificada na composição da nova direção da CUT "como forma de impedir o hegemonismo total de uma tendência na central. A proporcionalidade direta", diz, "permite a concentração de todos os cargos-chaves nas mãos de uma tendência que seja majoritária".

Álvaro Gomes ameaçado de morte

Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, tem sido vítima de insistentes ameaças de atentado contra sua vida na Bahia, tendo comunicado o fato à Secretaria de Segurança Pública do Estado, que, segundo ele informa, até agora não tomou qualquer medida, visando protegê-lo e barrar a ação de prováveis terroristas que o ameaçam.

No dia 26 de junho, ainda durante a greve dos bancários, ele recebeu um telefonema ameaçando sua vida com as seguintes palavras: "Estou na sua mira há muito tempo. Vou meter a metralha em você". Álvaro chegou à conclusão de que "ou é coisa da polícia, e a voz tem muito a ver com militares, ou é do governo, ou é de ambos".

No dia seguinte, 27 de junho, uma nova ameaça foi dirigida à secretária do Sindicato dos Bancários, Diva, "com teor semelhante", de acordo com Álvaro Gomes. E no dia 5 de julho um "cidadão passou por mim e falou: 'sindicalista, você vai morrer. Não sou eu quem vai matar, mas tem muita gente atrás de você'". Conforme Álvaro, o elemento, alto, forte, na ocasião com óculos escuros, "não parecia com cara de quem estava brincando ou gozando".

Depois disto, uma outra figura, dizendo-se coronel da PM, ligou para o sindicato pedindo o endereço do presidente alegando que queria se corresponder. "Tudo muito estranho", diz Álvaro Gomes. Para ele as ameaças são reais.

partindo do governo ou dos banqueiros, tendo em vista que não tenho atritos pessoais com ninguém e os únicos conflitos que tenho decorrem da atividade sindical, pela qual fui indiciado 6 vezes e tenho três processos, dois dos quais fui absolvido e um que está em tramitação. Todos os inquéritos e processos de minha vida relacionam-se à atividade sindical e minha participação em greves. As ameaças, evidentemente, têm a ver com isto. Mas devo dizer que não estou intimidado e continuo a luta sindical, à frente de greves e movimentos dos trabalhadores. Enviei telex ao secretário de Segurança da Bahia, narrando os fatos, mas sequer recebi resposta até agora.

Movimento Negro retoma desafios

Juarez Tadeu*

Depois de um período de dispersão, o movimento negro retoma sua articulação nacional. Nesta retomada, o movimento tem elaborado uma nova estratégia de combate ao racismo. Com ele as entidades têm conseguido superar os dois principais obstáculos enfrentados nos últimos anos: a despolitização e o isolamento nas lutas sociais.

Em todos os Estados, surgem novas entidades com o objetivo específico de combate ao racismo. Aparecem novos grupos culturais e religiosos de matrizes africanas. Os encontros regionais - Norte/Nordeste, Sul/Sudeste e Centro-Oeste - aprofundam a análise, dando maior precisão à radiografia sócio-político-econômico-cultural e religiosa da população negra. Mais: apresentam perspectivas concretas de ação política.

Deste processo recente, duas lições importantes podem ser extraídas: 1) a denúncia das práticas de racismo como estratégia de ação política esgotou-se como forma de combate eficaz; 2) a violência generalizada contra o povo negro e a ineficiência do sistema em resolver os problemas sociais, evidenciaram a impossibilidade de o negro exercer sua cidadania dentro da sociedade atual.

As duas lições são frutos da constatação de que a prática da exclusão do negro na sociedade brasileira atingiu seu limite máximo. Ela foi substituída pelo intenso processo de extermínio do povo negro e pobre como estratégia de poder. Além da concentração branca de renda, de cultura e de poder, o extermínio é adotado como forma de manutenção da atual estrutura de poder.

As três lutas desenvolvidas pelas entidades do Movimento Negro hoje estão em sintonia com esta nova realidade: o combate ao extermínio de crianças e adolescentes, ao aumento geométrico da pobreza e à esterilização em massa de mulheres pobres. Os dados estatísticos levantados por importantes centros de pesquisas sinalizam o viés racista deste extermínio: os atingidos em sua totalidade são pobres e na sua maioria negros.

Encontros para ampliação das bases

A política econômica neoliberal em curso colocará um ingrediente a mais nesse caldeirão da crise. Ela agravará ainda mais a já trágica situação da população negra. A crise ao atingir "igualmente" os "de baixo", perpetua a "desigualdade" gerada pelo preconceito e a discriminação racial.

Tendo esse cenário sombrio como pano de fundo, as entidades do movimento negro se empenham na realização de dois importantes encontros neste ano: o II Encontro Nacional de Mulheres Negras no mês de outubro, em Salvador, e o I Encontro Nacional de Entida-

des Negras no mês de novembro, em São Paulo. Eles serão espaços privilegiados para a reavaliação crítica das lutas desenvolvidas, dos acertos e erros, do aprofundamento do diagnóstico da situação geral da população negra e para apontar perspectivas concretas de luta anti-racista.

Das campanhas desenvolvidas pelas entidades de combate ao racismo, a do combate ao extermínio de crianças e adolescentes tem merecido maior atenção. Esta campanha expressa de forma concentrada a violência dirigida ao povo negro e pobre. Ela é a constatação de que o racismo não é uma "realidade abstrata" ou acadêmica, ele atua na "vida viva" e envolve todas as relações sociais: movimentos sindical, de mulheres, de juventude, democráticos e populares.

A solução dos graves problemas sociais no Brasil passa pela abordagem do problema racial. Apoiadas nesta compreensão as entidades do Movimento Negro têm estabelecido pontes com outros movimentos sociais. Com isso, têm superado resistências internas e externas. Mesmo apontando o fundo racista da violência generalizada, as entidades têm ampliado suas bases de sustentação social. Suas lutas não se restringem aos "guetos". Hoje, elas tomam proporções nacional e internacional. Nesse sentido, a campanha contra o extermínio de crianças e adolescentes tem sido exemplar.

Não matem nossas crianças

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas - IBASE que apurou o extermínio de 1397 crianças entre os anos de 1984/89, traçou o perfil dessas crianças - sexo masculino, idade entre 15 e 17 anos, pobres, "mulatos" e negros, assassinados por armas de fogo ou cortantes, ou afogamento, enforcamento e estrangulamento. As mortes evidenciaram a participação de grupos de extermínio.

Com esses dados, o movimento negro solicitou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Federal. Apesar de limitada, ela tem sido um fator positivo nas denúncias. Internamente, entidades ligadas à defesa dos direitos humanos se empenham na instalação dos Conselhos de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, previstos pelo Estatuto. Externamente ampliaram-se as denúncias contra a política de direitos humanos do governo brasileiro. A Anistia Internacional editou um robusto dossiê sobre o extermínio; o Tribunal Permanente do Povos condenou o Brasil por crimes de Lesa-humanidade, em sua sessão do mês de abril.

Outro aspecto importante que o Movimento Negro tem denunciado nesta campanha é a característica paramilitar dos grupos de exter-



A prática de exclusão do negro na sociedade brasileira atingiu o seu limite máximo. Agora surge o extermínio.

miário. Desde o lançamento nacional da campanha "Não Matem Nossas Crianças" - no mês de outubro/90 - as entidades negras têm destacado que os grupos de extermínio foram montados com a desmobilização do aparelho de repressão da ditadura. Este "desmonte" forneceu aos grupos e empresas de "segurança" mão-de-obra barata e "altamente especializada". A ação desses grupos tem sido estimulada pela impunidade. As condenações são raras. Matam-se crianças impunemente no Brasil. Hoje, os grupos de extermínio matam crianças. Amanhã serão as lideranças populares, a exemplo do que acontece no campo.

A indústria da violência

O movimento negro tem desta-

cado o caráter democrático do combate ao extermínio de crianças e adolescentes. Desmontar a "indústria do extermínio" interessa a todos os segmentos do movimento popular: sindicatos, movimento de mulheres, movimento de juventude e suas entidades, associação de moradores, entidades religiosas, enfim, todas as entidades comprometidas na construção de uma sociedade onde os direitos democráticos e populares sejam respeitados.

Para o ano de 1992, o Movimento Negro prepara o lançamento do Fórum Permanente Contra a Violência. Objetivo: repercutir as denúncias contra todas as formas de violência que atingem o povo negro e pobre. Além disso, o objetivo é de que o Tribunal Permanente contribua na elaboração de propostas políticas de combate

à violência em todas as áreas, particularmente, no movimento sindical, onde o racismo opera como seletor do ingresso da mão-de-obra negra no mercado, com reflexos negativos em todo o movimento; no movimento de mulheres, para a elaboração de um programa de saúde que dê conta das suas especificidades neste campo e no movimento de direitos humanos.

O processo intenso de extermínio do povo negro e pobre no Brasil fere até as mentes mais opacas. Ele evidencia a total farsa da tese "democracia racial". Mais: ele seleciona as vítimas privilegiadas da violência, que são a população negra e pobre. Superá-lo é uma tarefa de toda a sociedade. Não exclusivamente do movimento negro.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Colaborador de A Classe

Etiópia: a "Voz da América" pretende perturbar a paz

Restabelecer a paz e a normalidade na Etiópia. São as preocupações centrais e conquistas da Frente Democrática e Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que no dia 28 de maio assumiu o poder naquele país, depois de derrotar o mais forte exército do continente africano (cerca de 400 mil homens) e pôr fim ao regime de inspiração fascista chefiado por Mengistu e até o ano passado sustentado pelo governo soviético.

O *Boletim de notícias* da frente, datado do dia 24 de junho, constatava um clima de "relativa calma em todo o país". Entretanto, forças contra-revolucionárias continuavam atuando, procurando explorar sentimentos nacionalistas e disseminar a discórdia entre as massas.

A frente denunciou, inclusive, a conduta hostil de alguns órgãos da mídia internacional e destacadamente da rádio *Voz*

da América, norte-americana, cuja programação para a região é carregada de ataques à revolução e incentivos aos grupos oposicionistas. Estes buscam inculcar sentimentos xenófobos na população e caracterizam a frente como uma organização dominada pelo Tigré, ignorando cingidamente a composição multi-étnica da FDRPE, ao mesmo tempo em que voltam-se contra a determinação dos revolucionários de garantir a auto-determinação das nações que compõem a Etiópia, inclusive o direito à separação depois de um referendo, sob o falso argumento de que isto conduzirá à divisão do país.

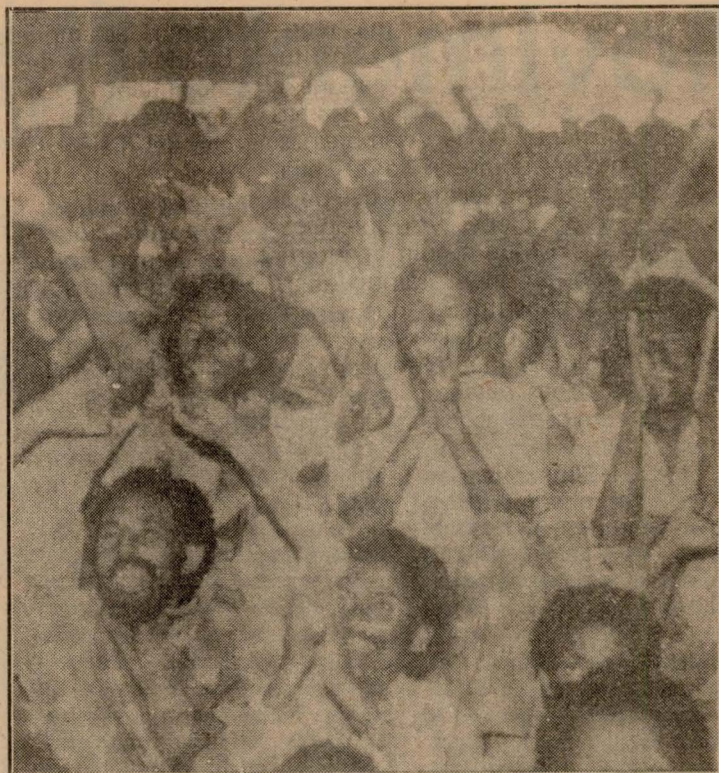
Enfim, nota-se a sobrevivência de grupos contra-revolucionários agindo sob o incentivo de forças estrangeiras. Que se saiba a *Voz da América* nunca atuou independentemente dos interesses imperialistas norte-americanos. Os EUA, aliás, desde que

ficou patente a derrota de Mengistu, procuraram interferir na revolução, orientar os rumos dos acontecimentos na Etiópia, posando, com a ajuda dos meios de comunicação, como uma espécie de "pai" do novo regime.

Não obstante, como lembra o jornal francês *La Forge*, "os povos etíopes não receberam esta vitória de presente, nem dos americanos nem de ninguém". Os fatos, e as propostas democráticas da frente, também revelam que os revolucionários não estão dispostos a fazer o jogo do imperialismo.

É provável que os EUA possuam na Etiópia toda uma rede de influência e de pressão e não é de surpreender que queiram jogar suas cartas - a Etiópia, com 50 milhões de habitantes, ocupa uma posição estratégica relevante na África. O Partido Comunista da Etiópia (criado no início deste ano com a fusão de grupos marxistas-leninistas de diferentes regiões e nacionalidades) tem uma presença proeminente na FDRPE.

São grandes as dificuldades e obstáculos que os novos dirigentes etíopes estão encontrando e vão ainda encontrar no seu caminho. O atraso do país, com uma estrutura econômica semi-feudal (em que a agricultura de subsistência continua sendo a atividade principal), problema agravado pela guerra e pela seca, assim como a tradição de conflitos



Governo provisório com grande apoio popular

inter-étnicos, constituem uma pesada herança e podem servir de base para chantagens e ingerências dos países imperialistas.

"A guerra que o país viveu durante anos acarretou um verdadeiro êxodo de quadros", acentua o *La Forge*, acrescentando: "Dentre eles, alguns podem ser utilizados tendo em vista a reconquista do poder a partir do exterior. As dificuldades, como se vê, são numerosas. Para os países imperialistas, as possibilidades de pressão, de chantagem, de ingerência e de intervenção não deixam de existir."

Não obstante, a unidade alcançada pelos revolucionários é ex-

pressiva e manifestações de massa em apoio à FDRPE ocorreram em todo o país após a conquista do poder. Os revolucionários etíopes têm a necessidade da mais ampla solidariedade material e política, principalmente porque a vitória contra Mengistu ocorreu em um momento internacional bastante complexo, caracterizado por uma inusitada ofensiva das forças direitistas em plano mundial e notável recuo (e descenso) das esquerdas. O Partido Comunista do Brasil saúda a revolução e manifesta sua solidariedade ao povo etíope e ao governo provisório liderado pela FDRPE.

A Alemanha quer dirigir a "trégua" na Iugoslávia

A Comunidade Econômica Européia não logrou impor a sua paz à Iugoslávia. Depois de duas tréguas entre o governo federal e as repúblicas rebeldes da Eslovênia e Croácia, tem-se a impressão que o país parece a cada dia mais longe de superar as tensões e os confrontos inter-étnicos. Ainda no dia 16, nacionalistas sérvios mataram dois militares croatas e feriram outros nove em um ataque contra instalações policiais na Croácia, no terceiro dia consecutivo de combates naquela república. A Sérvia vem sendo acusada de boicotar a reunião da Presidência colegiada iugoslava. E os representantes da Comunidade Econômica Européia ameaçaram retirar-se do país se não encontrarem cooperação das partes em conflito.

Nos últimos dias ficou evidente que um jogo muito relevante, que não se limita à Iugoslávia, está em curso. O governo federal acusou a Alemanha de interferir diretamente no conflito com objetivos expansionistas muito óbvios - assegurar-se de um domínio germânico sobre a região - e tendo a Áustria como força auxiliar.

O primeiro-ministro Ante Markovic, croata, comunicou os termos de uma dura denúncia do governo central contra a Alemanha, onde entre outras coisas se afirma dispor de provas do envio à Eslovênia de 40 assessores militares alemães e pelo menos um general austríaco em

apoio à resistência eslovena e com vistas evidentemente a objetivos ocultos de expansão da influência alemã sobre o Leste europeu. Alemanha e Áustria divulgaram notas contestando as acusações, mas foi notável o ativismo alemão durante o período inicial dos conflitos iugoslavos.

A França também tratou de evidenciar sua posição, contrária à da Alemanha, e a revista *The Economist* chegou a lamentar as cisões na CEE "que se tornaram aparentes. França e Espanha acreditam que a Iugoslávia deve ser mantida unida; a Alemanha, enfatizando o princípio de auto-determinação e com um olho numa federação européia mais ampla, é mais simpática aos sessionistas", sublinhou a revista.

A internacionalização da crise iugoslava não tardou. A continuidade dos conflitos naquele país não reflete apenas as contradições entre as diversas repúblicas que compõem a federação, pois cada vez mais evidenciam jogos elevados entre as superpotências que buscam tirar proveito da situação e impor seus próprios interesses na solução da crise.

As últimas notícias mostram, ainda que, os conflitos armados no país tendem a se agravar pelo menos enquanto não for reconhecido o direito à auto-determinação dos povos pelo governo central, ainda dominado pelos sérvios. Em outras palavras, a crise ainda está em curso.

Trovoadas no deserto

Depois do sangüinário massacre "tempestade no deserto", os Estados Unidos preparam uma nova investida contra o Iraque. Agora George Bush, que controla a maior e mais destruidora máquina de guerra do mundo, pretende voltar a atacar o Iraque sob o pretexto da existência de usinas nucleares no país.

Nada de soberania. Nada de respeito aos povos. Nada de humanismo. Os mandatários norte-americanos querem impor seu poderio ao Planeta através do uso e abuso da violência e do terror. Para isso, valem-se da ONU, transformada, a cada dia mais e mais, numa agência de guerra a serviço do governo ianque e seus parceiros do "Grupo dos 7".

A equipe de inspeção da Agência Internacional de Energia Nuclear (IAEA) enviada pela ONU ao Iraque, comporta-se como uma tropa de provocação, desrespeitando seguidamente os critérios de trabalho ordenados pela Organização das Nações Unidas, e com a conivência desta. Che-

gou ao país em dia de feriado, modificou seguidamente os roteiros de inspeção ao seu bel prazer, violou o protocolo da visita. Não por acaso, seis de seus dez integrantes são norte-americanos.

Arrogância do G-7

Ao mesmo tempo, o Grupo dos 7 Grandes (imperialistas), realizou sua reunião em Londres, e adotou resoluções que atropelam em absoluto a soberania dos outros países do planeta. Elogiou os crimes de guerra da operação "Tempestade no Deserto" no Iraque e apontou-os como exemplos para os outros países.

Desrespeitando as normas e o funcionamento da ONU, determinaram que esta organização deve criar um "registro geral de vendas de armas", para um melhor controle do potencial militar dos países - vistos, sob esta ótica, como inimigos militares dos 7.

É a paz dos territórios sendo imposta pelos agressores. E a docilidade da ONU diante destes

abusos só faz agravar ainda mais a situação e a paz.

Na falta de melhores argumentos, os 7 Grandes anunciam em claro e bom tom que é com a força das armas que pretendem garantir a continuidade do capitalismo putrefato - sempre apresentado como o melhor e mais democrático dos mundos, é claro.

Os meios de comunicação - dominados justamente por esses poderosos - transmitem visões distorcidas dessa realidade. Apresentam tudo como uma grande festa de liberdade e o Iraque e os povos árabes e palestinos, em especial, como seres ignorantes, bárbaros e selvagens, prontos para destruir o Globo a qualquer momento.

Como se fossem eles os responsáveis por um terço da população do mundo viver doente ou sub-alimentada; 14 milhões de crianças morrem anualmente por doenças fáceis de serem evitadas; pelo desemprego crescente, e outras maravilhas do capitalismo neoliberal.

Carlos Pompe

Comunistas goianos realizam conferência vitoriosa

Luiz Carlos Orro*

Coroando um processo de ricos e intensos debates os comunistas goianos realizaram nos dias 5,6 e 7 de julho a II Conferência Regional Extraordinária que cumpriu o papel de discutir e resolver problemas urgentes do partido no Estado e de criar condições para a participação nos debates e eventos do 8º Congresso em novo patamar.

O conjunto de reuniões preparatórias da Conferência envolveu mais de 400 militantes, sendo que 101 delegados participaram da plenária final, aprovando resoluções e elegendo o Comitê Regional. Os debates trouxeram um novo dinamismo à vida orgânica e a perspectiva de consolidação de vários organismos de base. Foram eleitas novas direções dos Comitês Distritais e de Empresa. A participação das cidades interioranas porém, foi débil. Apenas 30 delegados, eleitos em 15 Conferências Municipais participaram da Conferência Regional, fato que indica a necessidade de revitalizar o funcionamento partidário no interior.

O Porquê da Conferência Extraordinária

A avaliação, feita no início do ano, de que o partido em Goiás enfrentava dificuldades crescentes, caracterizadas por uma queda da capacidade de ação política, de intervenção mais decisiva nas lutas do movimento popular e sindical; pela paralisação de seu crescimento

orgânico; e pelo distanciamento entre a direção regional, principalmente de sua executiva e as bases; foram motivos fundamentais que determinaram a convocação da Conferência.

A militância, principalmente da capital, respondeu com entusiasmo à deflagração do processo de discussão. Em reuniões de organismos, seminários e palestras, e através da *Tribuna de Debates* da qual foram editados 10 números, o coletivo mostrou sua força e sua capacidade na busca de soluções que fizessem avançar o trabalho partidário.

Certas opiniões e posturas equivocadas, de intolerância e sectarismo, foram superadas no processo da Conferência por um espírito de partido que busca a unidade, a autocrítica dos métodos autoritários de direção, da Centralização excessiva de decisões e informações. Busca-se agora romper com a visão que subestima o papel das bases e o não aproveitamento integral dos quadros do partido.

Numa experiência inédita, baseada no grande anseio de participação da militância, a Conferência teve como uma de suas resoluções a indicação de nomes para compor o secretariado, a serem considerados quando da eleição da Executiva pelo Comitê Regional. Foram indicados: Adalberto Monteiro, escritor e jornalista, para a secretaria política; Edwirges Carvalho, professor, para a secretaria de organização; Luiz Carlos Orro, funcioná-

rio público, para a secretaria de agitação e propaganda; Marcos Araújo, comerciante, para a secretaria de finanças e Gilvane Felipe, acadêmico de História e professor, para a secretaria de formação e elaboração teórica.

Partido mais forte

O resultado final da Conferência é positivo. Da crise, da polêmica, surge em Goiás um PCdoB revolucionarizado e mais forte. O Comitê Regional recém-eleito, está constituído de 37 membros efetivos e 5 suplentes. Emerge da Conferência com total disposição e autoridade política para impulsionar o trabalho partidário. Com o respaldo coletivo e orientando-se pelas resoluções da conferência, construirá um PCdoB de ampla democracia interna, de aguerrida militância, de profundos vínculos com o movimento sindical e popular. Um partido livre do voluntarismo, que cultive o estudo individual e coletivo.

Adalberto Monteiro, que passa a ocupar a secretaria política do partido, ressalta que agora o partido terá melhores condições de fazer uma oposição firme e decidida aos governos de Collor de Mello e de Iris Rezende, defender o socialismo científico e realizar um programa de intensos debates em torno das teses do 8º Congresso.

* Membro do Diretório Regional de Goiás

Hélio Garcia: Capitulação inaceitável

Veio a público a decisão do governo estadual de apoiar e facilitar a desestatização da USIMINAS através de financiamentos que serão concedidos pelo BDMG. O governador Hélio Garcia sai de uma inexplicável omissão diante dos problemas enfrentados pelo Estado, em seus primeiros meses de governo, para uma posição de confronto com a sociedade mineira.

É do conhecimento de todos que um amplo movimento de defesa da USIMINAS vem tomando corpo no Estado. Por diferentes razões, significativos setores mineiros vêm trabalhando para suspender o processo de privatização da estatal referida. Nesse movimento encontramos desde setores da Federação das Indústrias de Minas à Central Única dos Trabalhadores, do ex-ministro Aureliano Chaves aos partidos de esquerda, quase toda a bancada federal e estadual, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, entre outras.

Num momento como esse, contrapondo-se ao caminho de um projeto conseqüente de defesa dos interesses do Estado, o senhor Hélio Garcia, numa vergonhosa capitulação

às pressões do governo federal, em troca de favores momentâneos, rompe com a Minas que o elegeu.

Ao mesmo tempo em que rasga a bandeira da defesa dos interesses de Minas e da soberania da nação - no caso da USIMINAS - o governo dá as costas para o tão necessário resgate da **educação pública** no Estado. Trata as justas e legítimas reivindicações dos professores com as botas e cassetetes de sua polícia. Enquanto oferece 30 milhões de dólares, através do BDMG, para financiar a privatização da siderúrgica mineira, se recusa a apresentar proposta à situação de miséria em que se encontra o professorado.

Diante desse quadro o PCdoB considera fundamental que as forças políticas do estado pressionem o Sr. Hélio Garcia no sentido de sustar a decisão de apoiar a privatização da USIMINAS e de apresentar imediata solução para a crise em que se encontra o sistema estadual de ensino.

Teoria e Prática

Do novo para o passado

Dynéas Agular*

Vivemos tempos de mudanças. De transição do novo para o passado. Da expectativa que povoava a mente de milhões de pessoas de que o capitalismo seria finalmente sepultado pelo socialismo triunfante, ao anúncio bombástico de que a "história parou".

Duas crises

Essa é a visão que recolhemos quase que diariamente da leitura dos jornais e revistas. Pessoas de destaque que, um dia comungaram com os ideais de uma sociedade sem explorados e exploradores, hoje defendem despididamente o capitalismo e a democracia burguesa como a grande e "última" conquista dos povos.

Os que assim se comportam só vêem um lado da realidade. Não enxergam ou não querem enxergar a outra crise, a que corrói o capitalismo e avilta as condições de vida de 4/5 da população da Terra.

Pela primeira vez na história vivemos em um só momento duas crises sociais. De um lado a da derrota da primeira tentativa da construção da sociedade socialista como transição do capitalismo ao comunismo. Do outro a que abala os alicerces da sociedade capitalista e aponta a necessidade imperiosa de sua substituição.

Panos quentes

O proletariado para dar continuidade à sua luta contra a exploração capitalista depende mais do que nunca, da existência de seu partido de classe, revolucionário, marxista-leninista.

Esta não é uma afirmação fortuita, exclusivista. É um fato concreto. Basta ver as declarações das principais lideranças do PCB, do PT, do PSB, PDT, etc. na defesa da concepção social-democrata de partido e do projeto neoliberal para a saída da crise. Todos postulam a continuidade da economia de mercado em que prevaleçam as relações capitalistas de produção. Indicam, quando muito, algumas medidas paliativas para "minorar" o sofrimento das massas exploradas e oprimidas tais como: democratização do capital, participação nos lucros por parte dos trabalhadores, melhor distribuição de renda, etc. medidas que podem ser aceitas pelos capitalistas uma vez preservada a integridade da propriedade privada.

Só o Partido Comunista do Brasil mantém firme a bandeira da transformação radical da sociedade de forma a possibilitar a verdadeira independência nacional, o desenvolvimento econômico e a emancipação social do proletariado e das massas trabalhadoras.

A afirmação e a consolidação do PCdoB, apesar de ser uma necessidade objetiva, não se efetuará de forma espontânea. É preciso que nossos quadros dirigentes e militantes estejam capacitados politicamente para enfrentar com sucesso o debate que se desenvolve na sociedade.

Os documentos apresentados para a preparação do 8º Congresso são importantes indicadores dos principais temas que devemos estudar e delimitação de campos entre nós e as correntes oportunistas e capitulacionistas que atuam no movimento operário e popular.

Argumentos sólidos

Debatê-los com o conjunto da militância e com o maior número de filiados possível é hoje uma das principais tarefas a que devemos nos dedicar. A par desse esforço teórico, é necessário estreitar mais profundamente os laços do partido com as massas, transmitindo-lhes nossas opiniões, fornecendo-lhes argumentos convincentes que demonstrem que não está no capitalismo o seu porvir e que só o socialismo poderá vencer. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Secretariado estadual do PCdoB

Consumada liquidação da Albânia

JOSÉ REINALDO DE CARVALHO*

O último ato da tragédia que se abateu sobre o movimento socialista no período contemporâneo acaba de se consumir na Albânia, com a realização do X Congresso do Partido do Trabalho, de 10 a 13 de junho, em Tirana. Por uma dessas circunstâncias que só a história em sua lôngeva sabedoria poderá um dia explicar, a mesma Albânia e o mesmo PTA, então dirigidos por Enver Hoxha, protagonizaram há três décadas o primeiro ato daquilo que veio a significar a epopéia da resistência revolucionária dos marxistas, obstinados, malgrado o ambiente cinzento espalhado desde Moscou, em manter acesa a chama dos ideais socialistas. Na epopéia como na tragédia, um traço comum - em ambos os casos, a Albânia se distinguiu no cenário político por um radicalismo ímpar. Na falta de espaço para comprovação, remeto o leitor aos anais da história da luta contra o revisionismo, onde encontrará registrado o esforço ciclópico dos albaneses para edificar o socialismo em condições adversas e descortinar perspectivas revolucionárias num período em que o movimento era de refluxo.

Liquidacionismo

Eis que, agora, os albaneses invertem o sentido do seu radicalismo ao tomar uma decisão que faz parecer moderada, aos olhos dos apologistas do revisionismo, a resolução dos ex-comunistas italianos de extinguir o PCI (revisionista) e criar o Partido Democrático de la Sinistra. Na Albânia, foram a fundo no liquidacionismo, que resultou na literal auto-dissolução do Partido do Trabalho (comunista, marxista-leninista) e na criação, em seu lugar, de um certo Partido Socialista. O Congresso, nesse aspecto, não teve meias palavras nem se preocupou em tergiversar. A declaração final aprovada em sessão plenária afirma: "o Congresso decidiu criar o Partido Socialista da Albânia", que considera "consumado o papel e a atividade histórica do Partido do Trabalho, separa-se da bagagem teórica e a prática errada do período monista (termo com que designa o período da construção socialista - N.R.), distancia-se dos erros e deturpações na linha política e na sua prática".

A maioria do Congresso define seu atual perfil, declarando aceitar "o novo programa e estatuto do Partido Socialista, as bases ideológicas, teóricas e organizativas, as exigências e tarefas que emanam desses documentos" e manifestando a disposição de lutar "por sua completa e definitiva orientação como uma força política da alternativa socialista da esquerda européia e mais amplamente".

Estamos assim diante não propriamente de uma reforma ou renovação do partido e do sistema socialista, aliás uma exigência dos tempos atuais, mas de um corte com as raízes revolucionárias, da renúncia ao comunismo, da filiação a outra corrente - a social-democracia. Em arti-



O X congresso do Partido do Trabalho da Albânia protagonizou a queda do marxismo-leninismo no país, assim como estátuas

go assinado por Fatmir Zana, um dos dirigentes do novo partido, publicado no órgão oficial em 20 de junho, o comunismo desaparece definitivamente do plano de referência e o enquadramento num novo esquema de forças político-ideológicas é explícito: "Atualmente", diz, "sobre a base da economia de mercado e da democracia pluralista atuam no mundo três grandes grupos de forças com três ideologias respectivas: conservadores, liberais e socialistas. .. Nosso partido enfileira-se agora conscientemente no grupo das forças socialistas européias e adotará posições que emanam da ideologia socialista comum, da mesma estratégia, esforçando-se por respeitar as nossas particularidades econômicas, políticas e culturais nacionais, as tradições do nosso povo".

Análise falsa

A nova opção ideológica feita no X Congresso é a resultante de uma análise falsa das características de nossa época, na qual estão ausentes as categorias do materialismo dialético e histórico e conceitos fundamentais da teoria marxista-leninista, como luta de classes e contradições interimperialistas. O exame da conjuntura mundial é feito segundo critérios voluntaristas e vulgares que podem caber na estrutura mental de teóricos como Francis Fukuyama ou no aparato propagandístico de George Bush e François Mitterrand, mas contradizem a realidade. As palavras-chave do diagnóstico albanês sobre o mundo de hoje são *democratização* e *humanismo*, evidente contra-senso numa época em que o imperialismo e todos os governos burgueses, inclusive os social-democratas, investem com virulência contra os direitos humanos, as liberdades democráticas, a soberania nacional, o meio ambiente. É poça cruel que o elementar direito à vida é negado a bilhões de seres humanos, época dos horrores de uma guerra de agressão a um povo insumisso, como se perpetrou no Iraque, época em que se preparam novas carnificinas. Entretanto, em nome do PTA, o membro de seu Birô Político e Secretariado, Xhelil Gjoni, declarou

no Informe Político: "No aspecto externo, ocorreram importantes mudanças resultantes dos processos desenvolvidos nos países da Europa Oriental e dos de democratização nos países da Europa Ocidental. A Europa encontra-se mergulhada nas torrentes da democratização. A singularidade da época atual reside em que a colaboração e a interdependência recíproca assumiram caráter muito mais profundo após o término em geral da guerra fria... Outra característica particular da época que vivemos é que surgiu em cena a humanização da sociedade, o retorno ao homem. Desse modo, hoje os critérios do progresso social em geral cobraram cada vez mais proporções humanistas e civilizadoras".

Alternativa capitalista

Partindo de tal diagnóstico da situação mundial e respaldado numa precedente opção ideológica, o novo partido definiu o que denomina "alternativa econômica do partido e do ideal socialista", que consiste numa nova estratégia de desenvolvimento, uma total reforma econômica, cujo eixo reside na transição para a economia de mercado, na privatização da propriedade social e na submissão ao capital estrangeiro - uma estratégia de desenvolvimento capitalista dependente que deposita as esperanças de financiamento nas boas graças da Europa e dos Estados Unidos.

Impasses do socialismo

A decisão de liquidar o PTA, de iniciar um percurso capitalista e de pôr em prática uma política marcada por lances de capitulação ao imperialismo (a festejada visita de James Baker) e de acessos de histeria anticomunista (remoção dos símbolos e corte peremptório com o passado) emanam também de uma conclusão teórica de fundo a que chegaram os dirigentes do novo partido na Albânia, como na URSS, como no Leste, não houve socialismo, mas tiranias burocráticas com as quais é forçoso romper para sobreviver politicamente. Fosse apenas na lavra dos novos socialistas albaneses,

a tese não mereceria refutação, pois, conforme as coisas lá estão postas, fica evidente a busca de pretextos para justificar as suas graves decisões.

Mas no debate em curso no mundo entre os revolucionários, incluindo os comunistas brasileiros, acerca das causas da grande derrocada na URSS, no Leste europeu e ultimamente na Albânia, a mencionada tese aparece, acompanhada de ingenuidades do tipo: "foi errado apoiar o PTA", "era um equívoco dizer que havia socialismo na Albânia" etc. A necessidade da polémica quanto à natureza do regime que vigorou na URSS, no Leste e na Albânia avulta ainda mais porque, à guisa de se contrapor a essas posições, apresenta-se um ponto de vista conservador, ranceiro e anti-histórico, que consiste na defesa cega de tudo quanto de bom ou de mau houve no sistema construído nesses países.

Os processos de reforma são interpretados e combatidos segundo a simplificadora e dogmática "teoria conspirativa" que identifica todo esforço renovador, uma mefistofélica intenção de traír e fazer os "bons" venderem a alma ao diabo.

O fundo dessas concepções consiste em ver o socialismo como algo abstrato, idealizado, postura que inevitavelmente leva a desnaturar o marxismo e a transformar num absurdo a prática revolucionária. Mas o período de construção do socialismo, suas vitórias e derrotas, seus erros e acertos, só poderão ser interpretados com justiça se os mirarmos não com os olhos da sentença, mas com os da compreensão. Sem aceitar e entender os condicionamentos históricos, a herança de épocas pregressas, e sem mensurar com exatidão o peso das circunstâncias internacionais em cada momento das tumultuadas últimas oito décadas, qualquer discussão sobre o socialismo será um debate entre diletantes.

É mais do que evidente (somente hoje tivemos capacidade de vê-lo) que o sistema socialista apresentou sinais de entorpecimento e até de exaustão, a começar pela própria teoria que foi dogmatizada e estagnou. Os mecanismos econômicos entraram em contradição com algu-

mas leis objetivas do desenvolvimento, o regime político distanciou-se das massas, o partido e o poder foram paulatinamente burocratizando-se e generalizaram-se fenômenos negativos como a passividade, o ócio, o parasitismo, os privilégios e a corrupção. Aos revolucionários de hoje corresponde o dever irrecusável de fazer a crítica dos erros, de se renovar, de elaborar novos caminhos, de abrir e protagonizar uma nova fase da luta de classes. Mas a ninguém é dado o direito de negar a história somente pelo fato de se ter incompatibilizado com ela. Não se pode apagar da memória da humanidade que num dado momento de sua evolução viveu-se uma experiência revolucionária e construiu-se, ainda que com debilidades, defeitos, erros e carências, um regime de novo tipo e que este regime se chamava socialismo, não pela vontade de quem o batizou, mas pelas características objetivas fundamentais que formavam sua essência: poder revolucionário das massas trabalhadoras combinado com a edificação de uma estrutura econômica baseada na propriedade social sobre os meios de produção.

A grande lacuna do momento presente é que até agora não se apresentou uma alternativa socialista e revolucionária para corrigir os defeitos do socialismo. No caso soviético, as reformas começaram a ser feitas em meados da década de 50, já sob a égide dos revisionistas kruschovianos. No caso albanês, quando o PTA se deu conta da necessidade de renovação (8º Pleno do Comitê Central, setembro de 1989), já era tarde. O partido encontrava-se mergulhado em imensa confusão teórica e não possuía clareza estratégica; a situação política e econômica interna era difícil e a conjuntura internacional permitia escassa margem de manobra. Perdido o rumo, não sabendo exatamente em que sentido empreender a renovação, o PTA foi surpreendido pelos acontecimentos, confundiu manobra tática com cedência até chegar ao caminho sem retorno da capitulação.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Membro do Comitê Central
do PCdoB

Arquivo